

POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO, DIREITOS HUMANOS E GESTÃO PELA QUALIDADE NO 4º COMANDO REGIONAL DA PMMT - O PLANO DE POLICIAMENTO GUARDIÕES DO SUDESTE

*Wilker Soares Sodré¹
João Felipe Queiroz de Melo²*

RESUMO

Este artigo consiste em pesquisa quali-quantitativa de caráter exploratório sobre os fundamentos que norteiam a elaboração e a instalação do Plano de Policiamento Guardiões do Sudeste no 4º Comando Regional da PMMT. O plano é composto por um total de 18 programas de policiamento que tem como alicerces os princípios de polícia comunitária, direitos humanos e gestão pela qualidade. São também apresentados os primeiros resultados positivos auferidos após a instalação das ações em março de 2017 a partir de dados fornecidos pelo sistema ORACLE BI, e deixam a expectativa de que novos frutos serão colhidos e que novos desafios serão revelados para os gestores da segurança pública da região.

Palavras-chave: *Policiamento Comunitário - Direitos Humanos - Gestão pela Qualidade.*

ABSTRACT

This article consists of qualitative-quantitative research about the fundamentals that guide the elaboration and installation of the Southeast Guardians Policing Plan in the 4th PMMT Regional Command. The plan is made of 18 policing programs based on principles of community policing, human rights and quality management. The first positive results of the plan, which were installed in March 2017, are also presented in this article, leaving an expectation that new good results will be achieved and new challenges shall be revealed.

Keywords: *Community Policing - Human Rights - Quality Management.*

¹ Tenente-coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Comandante do 4º Comando Regional da PMMT - Rondonópolis - MT.

² Tenente da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Bacharel em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV/MT).

INTRODUÇÃO

As novas tecnologias e contextos sociais que se revelaram com o advento do século XXI, combinadas com episódios históricos tais quais a abertura democrática pós governo militar no Brasil e os problemas socioeconômicos que assolam nossa nação desde sua origem, proporcionaram desafios descomunais para a segurança pública brasileira. Tal desafio se apresenta de diversas formas diariamente aos gestores públicos, que devem direcionar seus recursos materiais e humanos da melhor forma possível a fim de fornecerem respostas aceitáveis para a sociedade. Respostas estas que devem ser amparadas pelos padrões internacionalmente pacificados através de tratados e posturas ratificadas pelo Brasil enquanto nação em desenvolvimento.

Observando este panorama os gestores do 4º Comando Regional da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso elaboraram o Plano de Policiamento Guardiões do Sudeste, que seguiu três princípios doutrinários em sua elaboração e instalação: Polícia Comunitária; Direitos Humanos; e Gestão Pela Qualidade. O plano constitui-se em uma ferramenta norteadora das ações de policiamento a serem executados na região do 4º CR que abrange 19 cidades da região sudeste do estado de Mato Grosso, dando ênfase ao policiamento de proximidade que convoca a comunidade para que seja de fato integrante do processo de construção da segurança. Observa também a preservação dos direitos fundamentais do homem em todos seus procedimentos padrão, bem como nas iniciativas do plano denominadas Patrulha de Assistência à Vítima e Patrulha Disciplinar. Na primeira é providenciada assistência para vítimas de violência que estejam em condição de vulnerabilidade social e na segunda é proposto um braço operacional para fiscalização da eficácia da execução penal em sistemas alternativos tal qual o monitoramento eletrônico por tornozeleiras.

O plano também se caracteriza como uma ferramenta de gestão pela qualidade, pois envolve todos os colaboradores das unidades policiais envolvidas em um compromisso de registro e aprimoramento do serviço prestado à sociedade buscando a uniformização e a confiabilidade das ações realizadas, desempenhando tal feito sem custos, apenas realocando os já disponíveis de acordo com a

necessidade. A padronização e o controle dos policiamentos realizados gera informação registrada e compilada pelos departamentos responsáveis, informação esta utilizada para direcionar e aprimorar as ações policiais.

A implantação do plano no 4º CR segue o exemplo do bem sucedido Plano de Policiamento Guardiões do Noroeste, que foi instalado no 8º Comando Regional da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, com sede no município de Juína - MT, no ano de 2015. Naquela experiência os resultados foram extremamente positivos no que concerne à melhoria da imagem institucional, aumento do número de apreensão de armas de fogo e prisões em flagrante de delito. São os fatos demonstrados no artigo científico "Plano de Policiamento Guardiões do Noroeste: análise das contribuições trazidas ao 8º Comando Regional da Polícia Militar - Juína" produzido pelo Cap PM Alexandre Fontes Teixeira (2016), que analisa o primeiro ano de funcionamento do plano naquele Comando Regional. Na ocasião, o Ten Cel PM Wilker Soares Sodré, então comandante do 8º Comando Regional, elaborou e aplicou o plano de policiamento juntamente aos demais oficiais da região de Juína.

Designado para comandar o 4º Comando Regional, com sede em Rondonópolis - MT, desde março de 2017, O Ten Cel PM Wilker Soares Sodré desenvolveu um novo plano de policiamento, baseado no aplicado em Juína - MT, adaptando-o para a realidade do 4º CR. Com a participação de todos os oficiais da regional foram desenvolvidos os dezoito programas do Plano de Policiamento Guardiões do Sudeste, que estão sendo realizados no 4º Comando Regional desde março de 2017.

O presente artigo científico, demonstra em uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório a importância das bases de policiamento comunitário, respeito aos direitos humanos e gestão pela qualidade que sustentam o plano de policiamento em questão. Aponta também que, em pouco mais de um semestre de atuação, a aproximação entre polícia e sociedade já demonstra resultados positivos que indicam que segmentos da comunidade tem assumido postura de responsabilidade na promoção da segurança. As estatísticas criminais também apontam melhoras, com redução expressiva no número de roubos e homicídios em toda a regional. A ênfase no policiamento preventivo mostra-se promissora, pois

nada mais é que a essência da missão da Polícia Militar. Porém o Plano de Policiamento Guardiões do Sudeste segue em desenvolvimento, pois não é ferramenta engessada, e tem em sua proposta a adaptação e aprimoramento em prol da qualidade do serviço prestado. Sendo assim os gestores do 4º CR seguem trabalhando certos de que novos frutos serão colhidos, porém novos desafios se revelarão.

POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO

Apresentar a definição de Policiamento Comunitário não é tarefa simples. Deve ser executada com muito cuidado, do contrário pode-se transmitir a imagem de que se trata de apenas mais uma simples técnica ou empreendimento local e pontual, falhando em observar a abrangência e complexidade que a capilarização da construção da segurança junto a comunidade proporciona. O policiamento comunitário é realizado junto a comunidade, observando a filosofia da Polícia Comunitária.

Trojanowics e Bucqueroux (1994, p.4) nos proporcionam a seguinte definição:

Uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia, baseada na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, como crimes, drogas, medos, desordens físicas, morais e até mesmo a decadências dos bairros, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida na área.

Fica claro que a parceria entre polícia e população é essencial para a existência do policiamento comunitário. O final do século XX e o advento do século XXI nos deixaram muito evidente que um policiamento exclusivamente pautado na lógica da repressão não satisfaz as necessidades da sociedade livre do mundo ocidental. A questão da segurança deve ser debatida e assumida tal qual tarefa e responsabilidade perene tanto do Estado quanto da população. Teremos assim a integração comunitária em prol da ordem pública (CERQUEIRA, 1986).

Tal importância encontra-se, inclusive destacada na Carta Magna da República Federativa do Brasil, em seu artigo 144, ao tratar sobre a segurança pública: "Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos(...)" (BRASIL, 1998). Porém o Policiamento Comunitário está longe de ser algo novo, pois existem documentos que comprovam sua difusão já no século XIX com os denominados Kobans e Chuzaishos que consistiam em redes de postos policiais pelo Japão ainda em 1879. (DALBOSCO, 2007)

Nos Estados Unidos dos anos 1990, ocorreu um resgate da modalidade do Policiamento Comunitário após alguns anos onde inovações tecnológicas, tal qual o emprego de rádios comunicadores e motocicletas no patrulhamento, diminuíram o tempo resposta dos atendimentos de ocorrências, porém ocasionaram um afastamento entre polícia e comunidade. No Brasil o Policiamento Comunitário começou a dar seus primeiros passos em 1983, no Rio de Janeiro, durante o comando do Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, então Comandante Geral da PMERJ. (FILHO, 2017)

Hoje em dia o Policiamento Comunitário encontra-se amplamente disseminado, principalmente entre os países mais desenvolvidos. Isto representa uma conquista da sociedade contemporânea, que aspira ter uma polícia que trabalhe próxima da comunidade transmitindo confiança e credibilidade. Isto é essencial para que a polícia tenha legitimidade para que atue na aplicação das leis, sendo apoiada pela população ao restringir comportamentos, a liberdade e até mesmo a vida de cidadãos que estejam em desacordo com as normas legais.

A adoção do Policiamento Comunitário advém da constatação que o modelo do policiamento pautado exclusivamente na repressão não apresenta mais grande eficácia diante dos novos padrões da crescente violência urbana, quer seja no sentido da violência criminal ou no sentido de manifestações coletivas para melhor acesso a direitos. A abordagem da polícia quanto a esses novos contextos sociais que tiveram início no final da década de 1960, se feita de maneira equivocada, causa forte deterioração da imagem das forças policiais junto a população (NEV, 2009).

Apontando esse caminho essencial que garante a aproximação entre polícia e sociedade, de modo que a participação da comunidade faça parte da

construção de uma melhor segurança pública, David Bayley e Jerome Skolnick (2002) nos apontam quatro das principais características do policiamento comunitário:

- 1) realização de consultas à população sobre problemas, prioridades e estratégias de resolução ;
- 2) estratégia policial voltada para áreas e problemas específicos;
- 3) mobilização da comunidade para autoproteção e para resolução de problemas que geram crimes;
- 4) foco das ações na resolução de problemas geradores de crime e desordem (prevenção)

Apoiado nestas características, o policiamento contemporâneo, classificado por Marcello Hipólito e Jorge Eduardo Tasca (2012) como estando na "era da resolução de problemas com a comunidade", se insere em uma relação de mutualismo entre polícia e sociedade onde o policiamento passa a ser orientado para a solução de problemas que são identificados e trabalhados com a participação da comunidade. Essa estratégia do policiamento moderno direciona as atividades policiais para identificar os problemas de segurança que se repetem, analisar suas causas e buscar resoluções e avaliar essas medidas. (MORAIS, 2015)

Temos então o Policiamento Orientado para a Solução de Problemas em simbiose com o Policiamento Comunitário. Como nos mostra o Manual de Policiamento Comunitário (NEV, 2009):

(..) o policiamento comunitário foi uma resposta à crise de legitimidade pela qual passou a polícia norte-americana durante os períodos de conflito com grupos minoritários e raciais, na década de 1960. Em razão disso, sua ênfase é a reaproximação e o estabelecimento de um novo padrão de relacionamento com a comunidade. O policiamento orientado para problemas, por sua vez, surge como uma estratégia para superar outra crise na polícia, que dizia respeito aos seus resultados. Durante os anos 70 percebeu-se que as formas tradicionais de policiamento não estavam sendo eficientes na prevenção do crime. O trabalho policial passou então a incorporar atividades para a resolução de problemas que tinham relação com o aumento da criminalidade e, dessa forma, começou a apresentar resultados positivos. Apesar das diferentes origens, essas duas modalidades, quando combinadas, têm melhores resultados do que quando aplicadas isoladamente.

O Policiamento Comunitário e o policiamento orientado para a resolução de problemas, enquanto filosofia e estratégia de policiamento, podem ser executados

de várias formas, e se inserir em inúmeros programas e tipos de gestão organizacional e podem ser especificamente implementados nos mais diversos contextos sociais. É assim que trabalha o Plano de Policiamento Guardiões do Sudeste, com seus programas administrativos e operacionais que buscam ouvir e consultar a população convocando-a a assumir seu papel de grande responsabilidade na segurança pública em parceria com a polícia; e a partir das informações coletadas e produzidas junto a comunidade combinadas com as estatísticas dos registros criminais, eleger as melhores estratégias de prevenção e combate a atividade criminosa.

A constante construção dessa importante parceria entre polícia e sociedade se dá de maneira mais harmônica quando os cidadãos passam a ver na instituição policial a figura de um órgão mantenedor e promotor dos direitos individuais fundamentais. Então, para auxiliar a consolidação da boa relação com o público, e também para fazer cumprir seu papel de instituição guardiã da lei e da ordem, é essencial que cada ação da Polícia Militar esteja apoiada também sob a observação dos Direitos Humanos, que é o segundo princípio doutrinário do Plano de Policiamento Guardiões do Sudeste.

DIREITOS HUMANOS

Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos na Assembléia Geral das Nações Unidas em 1948 na cidade de Paris, o mundo tem pautado suas convenções e tratados internacionais no sentido de promover e preservar a dignidade de cada ser humano. Consequentemente isso refletiu-se no serviço de segurança pública no Brasil e no mundo. Em solo nacional a defesa dos direitos do homem impulsionaram a criação de leis, tais quais a lei que define os crimes de tortura, abuso de autoridade, as que protegem as minorias e grupos vulneráveis. Todas influenciam profundamente o trabalho dos agentes policiais desde sua formação até o modo como desenvolvem o serviço de segurança pública diuturnamente nas ruas. Isso é reflexo do compromisso assumido na referida

declaração, que direciona os esforços das nações signatárias conforme podemos observar em seu preâmbulo (UNICEF, 2017);

[...]

Considerando que os Países-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

Agora portanto a Assembléia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Sendo assim, as políticas públicas de segurança no Brasil assumem o compromisso de pautar a relação entre polícia e sociedade em um alicerce de respeito mútuo, onde o foco seja a preservação da ordem pública com a promoção dos direitos e deveres individuais. Pautando o trabalho policial nas técnicas modernas disponíveis a serviço da prevenção de fatos delituosos e legitimando as ações repressivas quando forem necessárias para conservar a incolumidade da ordem. Este compromisso deve ser observado não só pelos chefes de estado de cada país signatário da declaração universal, mas também pelos líderes regionais de cada instituição de segurança, tendo em vista que estes são os diretamente responsáveis pelo contato e atendimento ao cidadão, bem como pelo diagnóstico e tratamento dos problemas de segurança particulares de cada realidade das diversas comunidades.

Segundo Dallari (1998), a palavra "direitos humanos" é uma abreviação que contém a exemplificação de todos os direitos fundamentais da pessoa humana. Direitos estes sem os quais o homem não consegue manter sua existência ou desenvolvê-la plenamente. No século XXI os agentes policiais tem um importante papel na defesa e promoção desses direitos, e tanto a comunidade quanto os policiais tem mudado seu comportamento frente a segurança pública por conta desse fato. Ainda assim a ação dos profissionais de segurança pública no que concerne aos Direitos Humanos ainda enfrenta uma grande carga de mitos e equívocos, como nos aponta Ricardo Brisolla Balestreri (BRASIL, 2006, p. 02):

"[...] A polícia, durante muito tempo, foi vista pelos segmentos progressistas da sociedade como uma atividade ligada à repressão antidemocrática, à truculência, ao conservadorismo. Os direitos humanos, na outra parte, como militância, passaram a ser vistos como ideologicamente filiados à esquerda, durante a vigência da Guerra Fria (estranhamente, nos países do 'socialismo real', eram vistos como uma arma retórica e organizacional do capitalismo) [...] ambas as visões estão fortemente equivocadas e prejudicadas pelo preconceito [...] a paralisia de paradigma das partes (uma vez que assim ainda são vistas e assim se consideram), representa um forte impedimento à parceria para a edificação de uma sociedade mais civilizada."

Nos debates contemporâneos é comum encontrar discursos radicais onde, por um lado, "defensores dos direitos humanos" acusam os órgãos de segurança pública de serem violadores destes direitos, enquanto por outro lado, os "defensores dos órgãos de segurança" acusam os direitos humanos de impedir que o Estado exerça a devida repressão contra infratores da lei. É como se a segurança pública e os direitos humanos fossem inimigos, impossíveis de se combinar. Os radicalismos que criam tais discursos, e este antagonismo é completamente falso e irracional. Citamos Guilherme Nucci (2017):

Se os direitos humanos são individuais, abrangem todos os indivíduos, inclusive os autores de infrações penais. Por outro lado, a segurança pública é um dever da coletividade, que dispõe de órgãos constituídos justamente para preservá-la, dando suporte a todos. Uma ilustração: a rebelião ocorrida em um presídio, com fuga de condenados, coloca em risco a ordem pública; nem por isso, os presos rebeldes ficam automaticamente privados de seus direitos individuais. Nem por isso, para resolver o problema, concede-se ao Estado o direito de matar os que ali estiverem causando a desordem. Cuida-se de assegurar a ordem, sem ferir direitos fundamentais. Pode-se dizer que essa situação é difícil e complexa, o que não se nega, mas compatibiliza-se, na integralidade, com o texto constitucional.

Urge que a instituição policial militar adote medidas para que paradigmas paralisantes deixem de travar o bom desenvolvimento do serviço de segurança pública pautado na promoção dos direitos universais do homem. Juntamente com a comunidade, a Polícia Militar deve exercer um papel pedagógico que instrua o cidadão a agir em parceria com o Estado na segurança pública, observando-o como principal garantidor das suas liberdades individuais e direitos de cidadão, conferindo legitimidade às ações que trabalhem por este objetivo.

É com esta visão que o 4º Comando Regional da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso implantou o seu plano de policiamento, buscando aproximar o

trabalho policial da comunidade, padronizando as ações de modo a consolidar as técnicas dos diversos programas de policiamento realizados nas cidade da região. Tais técnicas utilizam como um de seus pilares a promoção dos direitos humanos, valorizando a contribuição individual de cada cidadão na construção da segurança pública e visando o atendimento das sua necessidades básicas dentro das possibilidades de ação da Polícia Militar.

A promoção dos direitos humanos presente no Plano de Policiamento Guardiões do Sudeste segue a postura institucional da PMMT ao seguir as observações do Procedimento Operacional Padrão da instituição (MATO GROSSO, 2009) de buscar a manutenção da integridade e o respeito a todos os envolvidos em uma ação policial. Busca ainda, como veremos mais adiante, assistir vítimas de violência que estejam inseridas em situação de vulnerabilidade social em seu programa Patrulha de Assistência à Vítima, bem como auxiliar no cumprimento das políticas penais alternativas com seu programa Patrulha Disciplinar.

Ressalta-se que todas as ações organizadas no âmbito do plano de policiamento não representam nenhuma espécie de ônus financeiro adicional aos que já estão inseridos na máquina estatal. Além disso, a gestão das ações trabalha constantemente para o aprimoramento da execução e dos resultados dos programas, pautados no terceiro princípio do plano que é a Gestão pela Qualidade.

GESTÃO PELA QUALIDADE

A Polícia Militar oferece para a sociedade o serviço de segurança pública, e faz isto por meio do seu produto que é o policiamento. Mesmo enquanto órgão público, a PM se vê obrigada pelo cenário dinâmico da globalização a melhorar a eficiência das suas operações de modo que acompanhem as transformações sociais e políticas, considerando os novos modos de operação do crime e as novas e dinâmicas aspirações da comunidade quanto à sensação de segurança. Por esta razão, é cada vez maior a preocupação dos seus gestores quanto a qualidade do policiamento oferecido.

Enquanto "Qualidade" consideramos a definição de Edwards Deming, que a descreve como sendo um grau previsível de uniformização e fiabilidade a um custo

baixo, adequado às necessidades do mercado, dando ênfase na conformidade do produto com as suas especificações técnicas, contando sempre com o empenho continuado da gestão neste sentido (LOPES, 2014). O Plano de Policiamento Guardiões do Sudeste do 4º Comando Regional busca a uniformização e confiabilidade do seu produto com o estabelecimento de procedimentos padrão de execução dos programas de policiamento, pautados na técnica policial e no respeito aos direitos humanos. Realiza tal feito sem custos, sendo que apenas remaneja recursos já existentes de acordo com as necessidades das operações. Todos os gestores envolvidos estão constantemente empenhados no desenvolvimento e melhoria do serviço prestado.

A preocupação das organizações com a qualidade dos produtos oferecidos teve início no século XX, sendo que desenvolveu-se através dos anos até que na década de 1950 surgiu a filosofia denominada Gestão pela Qualidade Total, onde o conceito de qualidade é tratado não só apenas com ênfase nos detalhes do produto, mas também nas necessidades do mercado e dos consumidores. Essa filosofia de gestão é aplicada com uma forte liderança dos gestores no sentido de envolver todos os colaboradores da organização em prol do objetivo de atingir excelência na qualidade do produto (LOPES, 2014).

Para tanto são instalados os Sistemas de Gestão pela Qualidade, conforme nos aponta Janice Lopes (2014, p. 12):

Como resultado, as empresas têm vindo a implementar os chamados Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQ), que têm como finalidade a aplicação de métodos e mecanismos de garantia da conformidade dos seus produtos e processos com padrões de qualidade pré-estabelecidos, que acabam por demonstrar o compromisso das organizações para com a satisfação dos seus clientes, reforçar a sua imagem e acompanhar a evolução dos mercados.

Foram criados referenciais normativos com alcance e validação a nível mundial, que visam definir as boas práticas de gestão, dar ênfase à melhoria contínua e buscar a excelência no que diz respeito à qualidade. A implementação e certificação de sistemas de gestão com base nestes referenciais é um processo voluntário suportado por cada empresa.

Tais sistemas podem constituir um mecanismo para incentivar a competitividade e promover a eficiência.

Nos dias que correm, a problemática da qualidade afeta as organizações a todos os níveis e busca o envolvimento de todos os seus colaboradores.

Renomado autor no campo da Qualidade, Edwards Deming versa que a capacidade de produção de uma organização não é mais importante do que a atenção para com os padrões de qualidade do produto oferecido. Pois a aposta na qualidade, quando existe antes mesmo da produção, agrega múltiplos benefícios tais como a redução de custos, redução de retrabalho, redução de falhas e um melhor aproveitamento de tempo e recursos (SILVA, 2009). Tal constatação adapta-se perfeitamente ao considerarmos a aplicação do Plano de Policiamento Guardiões do Sudeste, quando este enfatiza o policiamento enquanto uma ação prioritariamente preventiva, agregando um melhor sistema de coleta de informações, otimizando o aproveitamento de tempo e dos recursos disponíveis ao prevenir ou otimizar a repressão imediata sobre atividades criminosas.

Joseph Juran (1951) definiu um processo de gestão pela qualidade que divide-se em três fases: planejamento de qualidade, controle de qualidade e melhoria da qualidade. Este processo é observado no plano de policiamento do 4º Comando Regional, sendo que o planejamento de qualidade dá-se no diagnóstico das demandas de policiamento e a elaboração de como as ações deverão ser desenvolvidas. O controle de qualidade observa-se no registro das ações pela fiscalização dos oficiais responsáveis e pelo preenchimento das fichas de controle. A melhoria na qualidade dá-se pela análise das informações obtidas pelos registros e com a aproximação entre polícia e comunidade.

Armand Feigenbaum (1961, p. 14 e p. 78) contribui:

[...] a gestão da qualidade total integra de maneira eficaz o trabalho de várias pessoas, a utilização de um elevado número de equipamentos e uma enorme quantidade de informação [...]

Esta eficácia não pode ser alcançada concentrando esforços numa só área do negócio; o sucesso depende da cooperação entre departamentos.

O Plano de Policiamento Guardiões do Sudeste do 4º Comando Regional faz uso de um grande número de pessoas e ferramentas para operacionalizar as ações do plano, envolvendo todos os departamentos administrativos e designando equipes específicas para planejamento, monitoramento e execução das ações. Exemplificamos o envolvimento da DPOE (Divisão de Planejamento Operacional e Estatístico) no

levantamento estatístico que orienta as ações e no registro dos dados resultantes das abordagens; a Divisão de Marketing e Comunicação Social que exerce a divulgação dos trabalhos e a relação com a imprensa; equipes do policiamento ordinário na realização das visitas comunitárias e solidárias; equipes do Proerd e Rede Cidadã no trabalho preventivo ministrando cursos para crianças; guarnições específicas para execução do programa Escola Segura, de policiamento preventivo nas escolas públicas; policiais instruídos e preparados na execução da Patrulha de Assistência à Vítima que realiza atendimentos pós-ocorrência a vítimas de violência que estejam inseridas em grupos de vulnerabilidade social; as equipes da Patrulha Rondon que realizam a Operação Segunda Resposta agindo nas regiões de maior incidência criminal e no apoio ao policiamento ordinário; e a 14ª CIPM de Força Tática exercendo o Patrulhamento Motociclístico, a Patrulha Rural e as abordagens em ocorrência de maior complexidade. Todas essas equipes, munidas de suas respectivas ferramentas, estão imbuídas no trabalho de garantir a qualidade do serviço oferecido à comunidade.

Destacamos que o produto "policiamento" oferecido pela Polícia Militar é um serviço. Isto traz particularidades que devem ser observadas, pois, distintamente dos casos onde o produto oferecido trata-se de um bem físico pré-estabelecido, oferecer um serviço é tarefa muito mais complexa. Isto porque a percepção de qualidade de um serviço é muito mais distinta e abrangente: a produção e o consumo de um serviço acontecem de forma simultânea, o que destaca a relação entre cliente e prestador enquanto uma determinante primordial de qualidade. O serviço que se presta para cada cliente é personalizado e único, pois devem se adaptar a cada realidade. O cliente da prestação de um serviço é parte integrante do processo produtivo (LOPES, 2014).

Observemos o que nos diz Célia Crato (2010, p. 15):

Deste modo, a prestação de um mesmo serviço a clientes distintos pelo mesmo prestador ou por prestadores diferentes pode suscitar uma heterogeneidade de opiniões, uma vez que cada cliente é único e tem as suas próprias necessidades, preferências e expectativas. No entanto, as expectativas, desejos ou comportamentos do cliente tendem a alterar-se constantemente. Cabe às organizações acompanhar essas alterações e ir ao encontro do esperado, ou superá-lo.

É com consciência desta responsabilidade de acompanhar as alterações e evoluções das necessidades sociais que o 4º Comando Regional aplica seu plano de policiamento, direcionando programas para diversos segmentos particulares da comunidade, inserindo-a no processo de construção da segurança pública, observando as transformações sociais que exigem das forças de segurança ações divergentes da pura lógica repressiva.

O PLANO DE POLÍCIAMENTO GUARDIÕES DO SUDESTE

O processo de trabalho em prol da segurança pública passa pela reunião dos esforços de toda a comunidade. Desde os cidadãos, associações comunitárias, organizações não governamentais, passando por pesquisadores, profissionais e órgãos do município, do estado, todos parceiros essenciais nesta empreitada. O Plano de Policiamento Guardiões do Sudeste conta com todos estes colaboradores e é alicerçado pelos três princípios já descritos acima: Polícia Comunitária, Direitos Humanos e Gestão pela Qualidade. Observa também o Plano Nacional de Segurança Pública, o Plano Estadual de Segurança Pública e as doutrinas aplicadas na PMMT (Procedimento Operacional Padrão - PMMT; Manual de Policiamento Comunitário - PMMT).

Os princípios norteadores deste plano difundem as estratégias padronizadas de 18 Programas de Policiamento que buscam a proximidade com a sociedade em todas as UPMs do 4º Comando Regional, que conta com o efetivo de 681 policiais militares distribuídos em dois Batalhões e duas Companhias Independentes atendendo a um total de 19 cidades dentre as quais citamos 10 que são sedes de Comarcas: Rondonópolis - MT; Pedra Preta - MT; Guiratinga - MT; Itiquira - MT; Alto Araguaia - MT; Alto Garças - MT; Alto Taquari - MT; Jaciara - MT; Dom Aquino - MT; Juscimeira - MT.

Os programas de policiamento que serão descritos têm como objetivo: padronizar ações de atendimento ao cidadão respeitando individualidades e os

direitos humanos; servir de instrumento de mensuração de produtividade e mecanismo para o policiamento orientado para o problema visando uma gestão pela qualidade do serviço prestado; e munir as unidades policiais militares de mais uma ferramenta no policiamento preventivo e na manutenção da ordem pública. Abaixo exemplificamos o Procedimento Operacional Padrão de um dos programas do plano, bem como sua ficha de controle (MATO GROSSO, 2017):

 <u>POLICIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO</u>	
PROCESSO: 12	VISITA COMUNITÁRIA
DOCTRINA:	POLICIA COMUNITÁRIA
PROCEDIMENTO: 12.1	VISITA COMUNITÁRIA
ESTABELECIDO EM:	MARÇO DE 2017/ 1ª EDIÇÃO
REVISÃO EM:	*****
RESPONSÁVEL:	COMANDANTE DE UPM
ATIVIDADES CRÍTICAS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Definições dos locais e pessoas a serem visitados; 2. Aproximação do local; 3. Primeiros contatos com os locais e pessoas a serem visitados. 	
SEQUÊNCIA DAS AÇÕES	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir o local ou pessoa a ser visitada; 2. Aproximar de forma segura, observando o cenário do ambiente; 3. Informar o atendimento ao Centro Integrado de Operações de Segurança Pública - CIOSP; 4. O 1º homem deverá apresentar-se ao cidadão informando que se trata de um Procedimento Operacional Padrão da Polícia Militar. 5. Conhecer o cidadão, identificar seus dados pessoais, atividade profissional, tempo de fixação no local, seus anseios e necessidades, transparecendo confiança, demonstrando sua vontade de ajudá-lo nos problemas de sua comunidade; 6. O 1º homem deverá orientar o cidadão a ter um comportamento proativo, não ser uma vítima fácil e ser um fiscal da Segurança Pública; 7. Esclarecer ao cidadão, que sua identidade será preservada, quando contribuir com informações úteis à Segurança Pública; 8. Fazer contato com autoridades legislativas, judiciárias, líder religiosos, presidentes de bairro e comerciantes a fim de apresentar o programa e buscar parcerias no combate a criminalidade; 9. Finalizar, deixando número do telefone da Unidade Policial e informar os dados do atendimento ao CIOSP; 	

FICHA DE CONTROLE VISITA COMUNITÁRIA

10. O 1º homem deverá preencher a ficha de Visita Comunitária;
11. Consultar os antecedentes do visitado, após o encerramento da visita comunitária.
12. O 1º homem deverá encaminhar a ficha de Visita Comunitária preenchida, junto com o relatório diário de serviço para a administração da respectiva Unidade;
13. As Unidades do interior deverão encaminhar para a Coordenadoria Regional de Polícia Comunitária as fichas de Visita Comunitária.

RESULTADOS ESPERADOS

1. Que a visita comunitária estabeleça uma relação de parceria entre a Polícia e comunidade;
2. Que o visitado se torne um agente ativo na promoção da Segurança Pública;
3. Que ocorra o fenômeno da empatia entre os policiais e a comunidade com a qual atua;
4. Que sejam obtidos dados precisos para melhorar o serviço policial;
5. Que o policial seja parte integrante da comunidade, aumentando o nível de segurança daquela região;
6. Que o policial identifique possíveis situações nas quais o visitado possa ser classificado como vítima fácil ou agressor da sociedade e o oriente a agir conforme normas de segurança.

ACOES CORRETIVAS

1. Caso o cidadão seja identificado como vítima fácil o policial deve orientar a conduta correta a ser tomada e monitorar o mesmo;
2. Caso o cidadão seja identificado como agressor da sociedade, o policial deve adotar as medidas policiais cabíveis para o caso constatado;
3. Caso o agressor da sociedade visitado não esteja em situação de flagrante delito ou mandado de prisão, o policial deve apenas monitorar este e informar a ARI/4ºCR.

POSSIBILIDADES DE ERRO

1. Executar visita comunitária fora de sua área de atuação;
2. Aproximar do local, desconsiderando o possível grau de periculosidade e agindo com desatenção, apatia, desrespeitando as normas técnicas do POP/PMMT;
3. Desconsiderar as vulnerabilidades do local de visita;
4. Deixar de dar a devida atenção às pessoas envolvidas, na visita comunitária;
5. Priorizar estabelecimentos comerciais, em detrimento das residências;
6. Deixar de preencher a Ficha de Visita Comunitária.

POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO, DIREITOS HUMANOS E GESTÃO PELA QUALIDADE NO 4º COMANDO REGIONAL DA PMMT - O PLANO DE POLICIAMENTO GUARDIÕES DO SUDESTE.

NOME DA PESSOA OU DO COMÉRCIO VISITADO					
DATA DA VISITA	__/__/__	PERÍODO DA VISITA	MAT () VESP () NOT ()	HORÁRIO DA VISITA	DAS __ ÀS __
SE COMÉRCIO: NOME E FUNÇÃO DA PESSOA COM QUEM CONVERSOU	FUNÇÃO				
	NOME				
	TELEFONE				
ENDEREÇO:					
_____ _____ _____					
ASSUNTO TRATADO:					
_____ _____ _____ _____ _____					
DENÚNCIAS/ ALTERAÇÕES/ OBSERVAÇÕES:					
_____ _____ _____ _____ _____					
GUARNIÇÃO POLICIAL:					
RESPONSÁVEL:					

Iniciaremos a observação dos programas de policiamento do plano pelo primeiro módulo do total de dois que o compreendem. O Módulo I trata dos programas administrativos, que são responsáveis por subsidiar o planejamento, divulgar e aferir os resultados das ações de policiamento. Para cada um dos 18 programas de policiamento foi criado um Procedimento Operacional Padrão e uma Ficha de Controle tais quais os exemplos acima, que descrevem as Atividades Críticas, Sequência de Ações; Resultados Esperados; Ações Corretivas; e

Possibilidades de Erro das ações previstas, bem como o registro das informações que resultaram da ação após sua conclusão. Isto com o objetivo de padronizar as ações em todas as unidades do Comando Regional e de manter ferramenta de controle de qualidade.

MÓDULO 1 - PROGRAMAS ADMINISTRATIVOS

Os Programas de nº 1, 2 e 3 tratam respectivamente do Lançamento Estatístico; Levantamento Estatístico; e Utilização de Dados Estatísticos para Ações de Policiamento Orientado para o Problema. O primeiro objetiva alimentar o sistema com informações que serão utilizadas como ferramentas de apoio ao policiamento ostensivo, confeccionando manchas criminais, entre outros relatórios necessários. Isto é feito com a compilação dos dados das ocorrências diariamente registradas e o lançamento das informações no sistema SEOP.

O levantamento estatístico consiste na transcrição dos dados obtidos através do lançamento para facilitar o entendimento, disponibilizando estes resultados aos comandantes de unidade que utilizarão no apoio ao policiamento ostensivo. E a utilização de dados estatísticos para ações de policiamento orientado para o problema trata-se da utilização das informações compiladas sobre os crimes ocorridos de modo que exista um subsídio para tomada de decisão empregando de maneira eficaz o policiamento ostensivo. O Policiamento Orientado para o Problema é uma estratégia que direciona as atividades policiais para identificar as reincidências criminais em determinadas regiões, analisar suas causas e buscar solucioná-las, posteriormente avaliando os resultados alcançados. Este Programa de Policiamento contém em seu Procedimento Operacional Padrão o método IARA - Identificação, Análise, Resposta e Avaliação.

O Programa de Policiamento nº4 trata das ações da Divisão de Marketing Institucional e Comunicação Social do 4º Comando Regional. Esta visa manter a relação com a sociedade difundindo nos meios de comunicação os serviços prestados pela PMMT nas cidades que compõe o 4º CR. A divisão de comunicação também é responsável pelo relacionamento com a imprensa, a fim de fornecer esclarecimentos

que sejam solicitados sobre ocorrências de responsabilidade da PM. Além dos meios de informação institucionais, tal qual o site oficial da instituição, divulgações são feitas junto aos órgãos privados de mídia, e são também utilizadas as redes sociais em favor do bom relacionamento e promoção da imagem do 4ºCR junto a comunidade.

O Programa de Policiamento nº5 é a Educação Física Militar, que observa que o desempenho físico é de suma importância para a atividade policial. Sendo assim, o 4ºCR incentiva seus policiais militares à prática de educação física periódica nas unidades da região. As atividades físicas do quartel também são periodicamente realizadas em locais públicos das cidades, tais como praças e parques públicos, transformando estas oportunidades também em episódios de aproximação entre polícia e comunidade.

MÓDULO 2 - PROGRAMAS OPERACIONAIS

O Programa de Policiamento nº6, o primeiro do módulo operacional do Plano Guardiões do Sudeste, é o Escola Segura. Observa que as instituições de ensino vêm se tornando alvos de traficantes e criminosos para o cometimento de delitos e aliciamento de crianças e adolescentes. Tomando providências contra tais males, neste programa a Polícia Militar adentra as escolas e dialoga com diretores, professores e alunos, conscientizando-os e orientando quanto às denúncias de infratores da lei no ambiente escolar. Este policiamento preventivo estabelece uma boa interação com a comunidade escolar e é uma grande ferramenta de aproximação entre as crianças e a figura do policial militar.

O trabalho realizado pelo programa Escola Segura é representante de destaque do policiamento comunitário realizado pela PM na região do 4º CR. De caráter eminentemente preventivo, estabelece um elo de proximidade muito forte entre crianças e policiais, semeando confiança no trabalho da Polícia Militar nas futuras gerações e contribuindo para que a sociedade confira legitimidade ao trabalho dos agentes de segurança.

O Programa de Policiamento nº7 é a Operação Transporte Seguro. Este policiamento objetiva inibir a utilização do ônibus como transporte para prática de crimes ou a fuga após seu cometimento. Busca orientar corretamente os passageiros a como proceder em caso de fundada suspeita durante o itinerário, e promove a ação das guarnições policiais com a realização de buscas em bagagens no intuito de apreender materiais ilícitos. Este programa é dividido em dois procedimentos, sendo o primeiro com intuito preventivo e de proximidade com a população, e o segundo trata de abordagem a veículo em fundada suspeita e prevê a abordagem, busca e checagem de todos os ocupantes no veículo. Este último é para casos onde haja denúncia pertinente ou circunstância que indique atividade ilícita no ônibus. Esta última abordagem é feita por guarnições de Força Tática, tendo em vista que requer técnica de abordagem policial especializada.

A Operação Saque Seguro é o 8º Programa de Policiamento e consiste no policiamento ostensivo voltado para os dias de pagamento do funcionalismo público e de empresas privadas. É executado com pontos de estacionamento, bloqueios policiais e abordagens em regiões estratégicas de acesso aos estabelecimentos bancários e comércios, visando transmitir a sensação de segurança para os clientes e trabalhadores das regiões de grande circulação de mercadorias e serviços.

Policiamento Preventivo em Hotéis e Postos de Combustível é o 9º item do plano de policiamento. Consiste na aproximação das guarnições policiais com os proprietários e funcionários destes estabelecimentos comerciais, inicialmente para que eles sintam aumento na sensação de segurança. Uma vez estabelecida a parceria, cria-se um canal de comunicação com a Polícia Militar que é de grande valia para que sejam detectados indivíduos em atitude suspeita em circulação nas cidades. Isso porque nas ocorrências criminais de vulto sempre estarão envolvidos veículos que são utilizados para o transporte dos infratores e dos materiais envolvidos no ilícitos, sendo assim é certo que em determinado momento os criminosos compareçam a postos de combustível. Em caso de infratores que vem de outras regiões para cometer crimes, também é natural que se hospedem em hotéis da cidade onde irão executar o ilícito, podendo ter sua atitude suspeita percebida pelos funcionários e proprietários de hotel.

Por isso a Polícia Militar se aproxima dos empresários e funcionários dos hotéis e postos de combustível e os convoca para que participem do processo de construção da segurança pública, agindo como observadores e informantes de quaisquer circunstâncias ou indivíduos suspeitos que possam estar envolvidos com atividades criminosas. Neste ponto foram criados grupos no aplicativo *whatsapp* com policiais militares e empresários do ramo, oportunizando um canal de comunicação mais próximo para a troca de informações, utilizando os meios tecnológicos disponíveis que já estão naturalmente inseridos no dia-a-dia de todos.

O Programa de Policiamento nº10 é o patrulhamento rural, que também tem o objetivo de aproximação com a comunidade, nesta ocasião com os proprietários e trabalhadores rurais, de modo que estes sintam-se mais seguros e também sejam parceiros da polícia militar ao observarem a própria segurança e a de seus vizinhos e informando a PM sobre quaisquer anormalidades que indiquem o cometimento de um crime. São também realizados bloqueios e abordagens na busca de procurados da justiça que se utilizam do trabalho na zona rural para se esconder. O patrulhamento rural é preferencialmente realizado por guarnições com 4 componentes ou especificamente por equipes de Força Tática.

Também é executado pela 14ªCIPM de Força Tática o Patrulhamento Motociclístico (Programa nº11), mais especificamente pelo Grupo CAR (Comando de Ações Rápidas). Este policiamento consiste em uma alternativa de resposta rápida e eficiente na repressão imediata ao cometimento de crimes, bem como uma alternativa diferenciada enquanto criação de efeito ostensivo na região urbana e rural.

O Programa nº12 do Plano Guardiões do Sudeste é a Visita Comunitária. Como o próprio nome nos demonstra, e assim como alguns dos outros programas já descritos, ela prima pela aproximação entre polícia e sociedade com o intuito de transmitir segurança à comunidade e tê-la como aliada no combate à criminalidade, orientando a população a adotar comportamentos preventivos inerentes a segurança. As visitas comunitárias são realizadas em comércios, residências e a líderes e organizações comunitárias que são importantes parceiros para a construção da

segurança e fornecimento de informações relevantes das particularidades de cada área das cidades.

A Visita Solidária (programa nº13) é realizada em uma ação pós-ocorrência criminal, onde a guarnição policial se faz presente junto a vítima em um segundo momento ao do primeiro atendimento da ocorrência. Esta visita tem o objetivo de coletar informações sobre o crime que a vítima pode não ter sido capaz de fornecer inicialmente devido a forte carga emocional a qual estava submetida. Com todas as informações colhidas, há um maior subsídio para que seja fornecida uma resposta operacional para o problema. E também é reforçada a aproximação entre polícia e comunidade, ao se demonstrar que as autoridades tem a preocupação com o caso ocorrido.

Os Programas de Policiamento nº14 e 15 são as ações do Proerd e da Rede Cidadã. Já consolidadas institucionalmente pela PMMT, ocorrem em todo o estado de Mato Grosso e ministram cursos para crianças visando a prevenção do ingresso no mundo das drogas e da criminalidade. Além da instrução para a vida, as ações dos policiais militares que atuam nestes programas também exercem um forte laço de aproximação entre crianças e a Polícia Militar.

O Programa nº16 é a Operação Segunda Resposta, onde todo o conhecimento produzido pelos demais programas em suas fichas e relatórios são utilizados como subsídio para a resposta operacional adequada, direcionando as viaturas em saturação de ostensividade e abordagens nas regiões de maior incidência criminal. Atuam nesta operação principalmente a Patrulha Rondon (Grupo de Apoio do 5ºBPM) e as equipes da 14ªCIPM de Força Tática.

Como 17º integrante dos programas de policiamento, temos a Patrulha Integrada Disciplinar. Esta é uma inovação proposta pelo 4º Comando Regional que visa uma integração da Polícia Militar com as demais forças de segurança pública que visa potencializar a capacidade ostensiva da PM e criar um braço operacional que aprimore a política de aplicação das penas. A meta do programa é o combate a reincidência criminal dos indivíduos já apenados, especificamente nos casos onde estes são monitorados eletronicamente pelas tornozeleiras do Sistema Prisional. Este programa, que ainda não está completamente ativo devido a detalhes burocráticos,

prevê o compartilhamento do acesso ao sistema de monitoramento das tornozeleiras entre Sistema Prisional, Polícia Militar e Polícia Civil, possibilitando seu emprego em tempo real na verificação do envolvimento de indivíduos monitorados que estejam nas proximidades de onde foram cometidos crimes, bem como também observar aproximação injustificada destes das regiões com maior incidência de ocorrências criminais.

O 18º e último programa do Plano de Policiamento Guardiões do Sudeste também é uma inovação do 4º Comando Regional. A Patrulha de Assistência à Vítima, que é um atendimento pós-ocorrência para vítimas de violência que estejam inseridas em grupos em situação de vulnerabilidade social (mulheres, idosos, crianças, LGBTs e etc), tem foco não no infrator ou no episódio da ocorrência criminal. Tem suas atenções voltadas exclusivamente para as condições do bem-estar e dos direitos fundamentais da vítima. O programa está em pleno funcionamento na cidade de Rondonópolis - MT, região do 5ºBPM, sendo esta patrulha integrada por um Policial Militar, um Policial Civil e uma Psicóloga ou Assistente Social disponibilizada pela Associação de Mulheres da cidade. Após ser feita a seleção das ocorrências criminais violentas cujo as vítimas se enquadram na situação de vulnerabilidade, são realizadas as visitas em tom tranquilizador para aquelas que aceitarem recebê-las.

Ao final de cada ação da Patrulha de Assistência à Vítima, onde é realizada uma abordagem transversal e multidisciplinar de observação e constatação das condições e necessidades da pessoa atendida, são prestadas as devidas orientações pelos profissionais ali presentes e é feito o encaminhamento da vítima para os órgãos de assistência que possam contribuir em cada caso específico, quer seja atendimento de saúde, assistência social, atividade geradora de renda ou quaisquer outras que o caso requeira. Desta forma o 4º Comando Regional observa a importância da promoção dos Direitos Universais do Homem, ao criar um programa de atendimento para vítimas de violência que sejam pertencentes a grupos sociais vulneráveis e sentem os efeitos da violência de forma muito mais intensa.

PRIMEIROS RESULTADOS DO PLANO DE POLÍCIAMENTO GUARDIÕES DO SUDESTE

Cada um dos programas do Plano de Policiamento Guardiões do Sudeste é monitorado por suas fichas de controle e relatórios, contando com o comprometimento de todos os colaboradores envolvidos em prestar um bom serviço para a comunidade, sempre com ênfase no respeito aos direitos humanos, inserção do cidadão no processo de construção da segurança pública e busca contínua no aprimoramento das medidas aplicadas por meio da observação e análise dos resultados registrados. A ênfase em aproximar Polícia Militar e sociedade no sentido que se construa uma parceria em prol da segurança pública também acaba por revelar resultados importantes. Tomamos como exemplos ocorrências nas quais só foi possível a imediata repressão de atividades ilícitas devido a aproximação construída com os hotéis e empresas de transporte da cidade, que passaram a se sentir mais responsáveis em observar e denunciar condutas suspeitas com o programa transporte seguro e de policiamento em hotéis.

No dia 14 de março de 2017, os funcionários de um hotel da cidade de Rondonópolis-MT observaram um grupo de seis pessoas em atitude suspeita que estava hospedado no estabelecimento. Ao verificar os suspeitos, durante entrevistas com estes e coleta de informações nos comércios próximos aos hotéis, as guarnições policiais constataram que aquele grupo estava tentando cometer crime de estelionato, se passando por donos e funcionários de grandes empresas (AGORAMT, 2017).

Quadrilha de estelionatários é presa em Rondonópolis

A líder do grupo, se dizia ser juíza e dona de diversas empresas na cidade.

Destaques Notícias Polícia Tv Agora 14 de março de 2017, 17:55 Por Guilherme Silveira



Estelionatários detidos pela PM em Rondonópolis – Foto: Varlei Cordova – AgoraMT

A guarnição da Polícia Militar foi acionada hoje (14), por volta das 8h30 para atender uma ocorrência em um hotel, de Rondonópolis, onde o dono do estabelecimento relata que um grupo de hóspedes no total de 13 adultos e três crianças, estariam hospedados, há oito dias e até o momento não havia recebido o valor referente a nenhuma diária. Quando a vítima foi conversar com a mulher que havia feito as reservas, foi hostilizado por ela, que

Fonte: AgoraMT.

No dia 8 de julho de 2017 os funcionários de uma das empresas de transporte intermunicipal de Rondonópolis - MT suspeitaram da atitude de duas jovens que estavam para embarcar em um dos veículos da empresa e fizeram contato com a Polícia Militar. Ambas as jovens foram presas com aproximadamente 90kg de maconha (RDNEWS, 2017).

Polícia

Sábado, 08 de Julho de 2017, 21h:25 | Atualizado: 08/07/2017, 21h:28 A | A

Jovens de 15 e 18 anos são detidas com 87 tabletes de maconha em Rondonópolis

Tarso Nunes

Curtir 0



87 tabletes de maconha foram apreendidos com jovens pela polícia

verificação, a polícia encontrou três malas recheadas de maconha. As jovens foram levadas à primeira delegacia nara devidas providências

Duas jovens, Luana Raphaely Pessoa de Oliveira, 18, e V.D, 15, foram detidas ao carregar 87 tabletes de maconha, nesta tarde (8), em Rondonópolis. Ao todo, as suspeitas carregavam cerca de 90 kg da droga.

Conforme o BO 2017.227455, a Polícia Militar foi acionada via 190 com denúncia de que duas jovens estavam com malas suspeitas prestes a embarcarem numa van rumo a Cuiabá. Antes do início da viagem, os policiais pararam o veículo e pediram que todos descessem do ônibus e identificassem as bagagens para iniciar a revista.

Ao abordarem as moças, que estavam apreensivas, os agentes pediram que elas mostrassem as malas. Na

Fonte: RDNews.

No dia 7 de maio de 2017, em outro hotel de Rondonópolis - MT, os funcionários suspeitaram da atitude de um homem que havia chegado procurando um quarto para hospedar-se. Fizeram o contato incentivado pelas visitas do programa de policiamento e denunciaram a suspeita. As guarnições policiais apreenderam mais de 10 kg de pasta base de cocaína a partir das informações recebidas (MIDIANEWS, 2017).

POLÍCIA / EM RONDONÓPOLIS
07.05.2017 | 14h50 Tamanho do texto A- A+

PM apreende mais de 10 quilos de pasta base em hotel

Droga estava armazenada em duas mochilas

5ºBPM/PMMT Clique para ampliar **DA REDAÇÃO**



Policiais do 5º Batalhão de Polícia Militar de Rondonópolis (4º Comando Regional), apreenderam pouco mais de 10 quilos de pasta base de cocaína em um hotel da cidade. A droga estava dividida em 10 tabletes e armazenada em duas mochilas.

O proprietário do hotel disse que um homem chegou ao local, deixou as mochilas e mesmo antes de se registrar como hóspede saiu dizendo que iria na Estação Rodoviária. Preocupado com o que pudesse haver nos pertences do desconhecido, o dono do hotel decidiu acionar a PM.

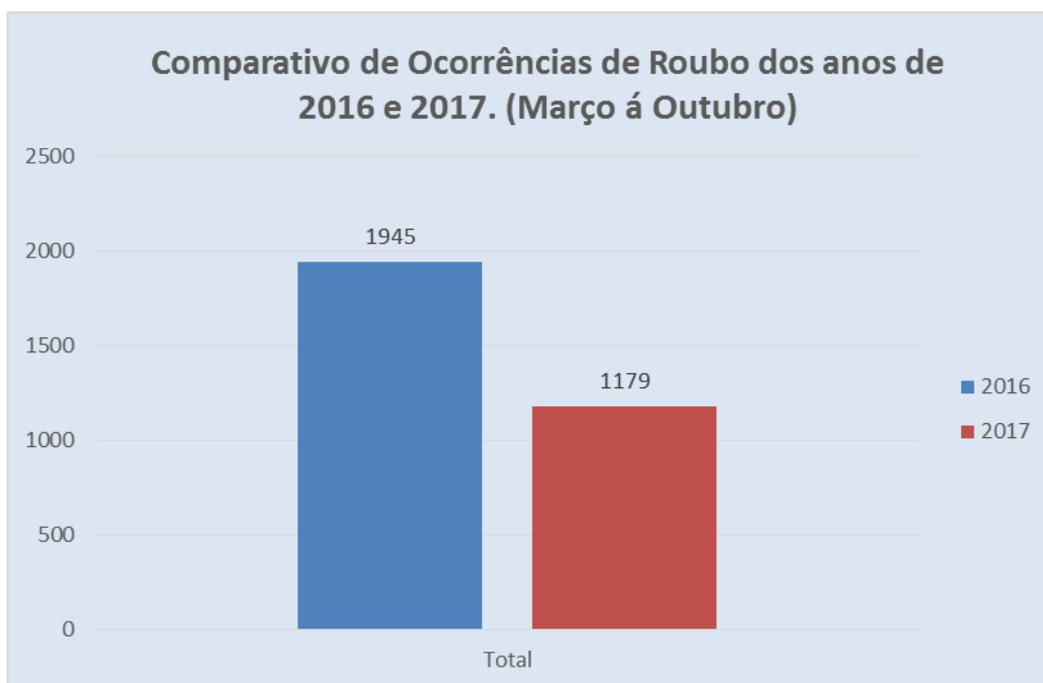
A apreensão ocorreu na noite desde sábado, porém nenhum suspeito foi preso. Os policiais das duas guarnições que estiveram no hotel pediram reforço para manter na

Pasta base apreendida pela Polícia Militar em Rondonópolis

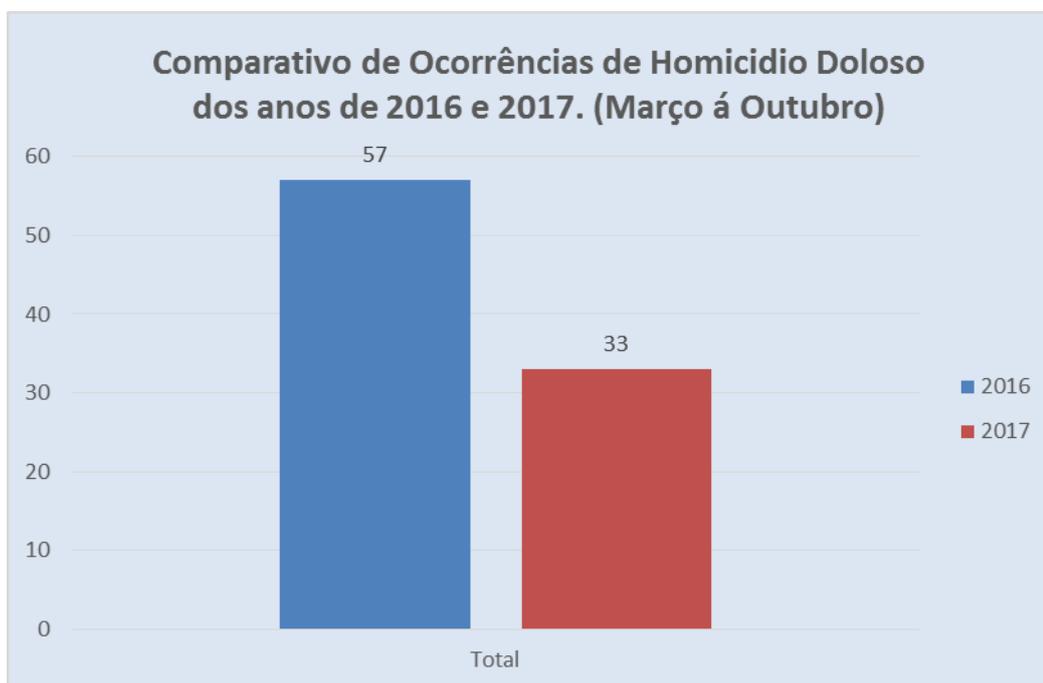
Fonte: Midianews.

Estas ocorrências foram as que tiveram maior repercussão e foram amplamente divulgadas pela mídia, porém são apenas exemplos da boa relação e eficiente canal de confiança e comunicação que se criou entre a PM e estes segmentos sociais. As importantes prisões e apreensões supracitadas não teriam sido possíveis sem o retorno positivo da convocação feita pelos programas de policiamento para que a sociedade civil seja efetiva integrante da construção da segurança pública.

O Plano de Policiamento Guardiões do Sudeste foi instalado na região do 4º Comando Regional em março de 2017 e com pouco mais de um semestre de funcionamento também já apresenta resultados positivos nas estatísticas criminais, conforme podemos observar nos gráficos abaixo.



Fonte: Sistema ORACLE BI (Secretaria de Estado de Segurança Pública - MT)



Fonte: Sistema ORACLE BI (Secretaria de Estado de Segurança Pública - MT)

Houve uma redução expressiva das ocorrências de roubos e homicídios na região do 4º Comando Regional após a implantação do plano de policiamento em

comparação com o mesmo período do ano de 2016. Entre os meses de março e outubro de 2016 ocorreram 1945 ocorrências de roubo, enquanto no mesmo período de 2017 ocorreram 1179: uma redução de 39,39%. Entre março e outubro de 2016 ocorreram 57 homicídios dolosos, enquanto no mesmo período de 2017 ocorreram 33: uma redução de 43%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado no 4º Comando Regional da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso com a implantação do Plano de Policiamento Guardiões do Sudeste traduz uma postura que vem sendo adotada há anos pelas Polícias Militares do Brasil. Busca, no entanto, sistematizar de forma mais concreta e direcionar com mais exatidão os esforços intelectuais e operacionais da instituição em direção ao chamamento da comunidade para que esta seja parte integrante e efetiva do processo de construção da segurança pública; inova no sentido de adotar iniciativas que buscam soluções para promover e resguardar os direitos fundamentais dos seres humanos quando presta assistência a vítimas de violência em condições de vulnerabilidade ou quando se compromete em auxiliar na execução penal de sistemas alternativos tal qual a tornozeleira eletrônica; otimiza recursos materiais e humanos ao adotar uma postura de gestão pela qualidade do serviço prestado, com o compromisso de aprimorar os trabalhos realizados diuturnamente.

Tal forma de trabalho se esforça no sentido de reforçar a confiança da sociedade no trabalho da Polícia Militar, legitimando ainda mais as ações realizadas para garantir a incolumidade da ordem pública. Reforça a imagem da instituição enquanto garantidora das liberdades e dos direitos individuais, isso sob a influência de um comando forte integrado por cada homem e mulher que vestem suas fardas e saem as ruas para defender o cidadão de bem. O compromisso em cada elo de todas as cadeias dos programas executados é essencial para que resultados expressivos tais como a relevante redução de roubos e homicídios sejam alcançados. A expectativa é que, a medida em que a execução do plano prossiga ganhando corpo e as ações

forem tornando-se mais precisas com base nas informações produzidas, novos resultados positivos tomem forma e também que novos desafios se avizinhem.

Tão importante quanto a criação de novos meios, estruturas e tecnologias que permitam a realização de um melhor trabalho pela segurança pública, é a habilidade do gestor em tornar mais produtiva a estrutura que já se encontra disponível. Com este horizonte em mente que o Plano de Policiamento Guardiões do Sudeste sistematizou todos os seus dezoito programas de policiamento, buscando otimizar as atividades que já eram corriqueiramente realizadas e utilizando-se da estrutura já existente para a propositura de novas ações em comprometimento com a missão expressa na carta magna brasileira. Tudo com ênfase no policiamento preventivo, máxima da missão do artigo 144, buscando o distanciamento do imobilismo ou da pura lógica da repressão. Os problemas da segurança pública devem ser enfrentados com a integração de estratégias contando com a participação de todos os atores sociais.

O plano de policiamento ora explanado busca uma padronização das atividades policiais militares na região sudeste de MT, e pautado por seus princípios de policiamento comunitário, promoção dos direitos humanos e gestão pela qualidade configura-se enquanto uma ferramenta norteadora do policiamento em constante desenvolvimento, não sendo engessado somente com os programas supracitados, mas sim maleável, visando suprir necessidades específicas de cada grupo social, de maneira que agregue cada vez mais colaboradores de diversos segmentos sociais.

Como pudemos observar, durante o período de seu funcionamento, de março a outubro de 2017, o plano está longe de ser a solução para o problema da violência e da criminalidade na região do 4º Comando Regional. Porém não se pode desprezar o resultado atingido na redução de roubos e homicídios. Resta aos gestores da segurança pública da região persistir no trabalho para que este continue seu desenvolvimento no que tange a novas ações e a correção das que já estão sendo desempenhadas, mantendo o compromisso de uma segurança pública integrada entre os órgãos públicos e com a comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAYLEY, D.; SKOLNICK, J. **Nova Polícia: Inovações nas Polícias de Seis Cidades Norte-Americanas**. São Paulo: Edusp, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Ministério da Justiça. **A Matriz Curricular em Movimento. Diretrizes Pedagógicas e Malha Curricular**. Brasília; 2006.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Do patrulhamento ao policiamento comunitário**. Coleção Polícia do Amanhã. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1986.

CRATO, Celia. **Qualidade: Condição de Competitividade**. Porto: SPI – Sociedade DALBOSCO, Jari Luiz. **Polícia Comunitária Comparada & Troca de Experiência de Polícia Comunitária**. In: *Curso Nacional de Multiplicadores de Polícia Comunitária*. Brasília: PRONASCI, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna; 1998.

FEIGENBAUM, Armand. **Total Quality Control**. New York: McGraw-Hill, 1961.

FILHO, Gregório. **Policiamento Comunitário - A Experiência do Grupamento de Guardas Comunitários da GM- RIO no Conjunto Habitacional Bandeirantes - Vargem Pequena - RJ**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

HIPÓLITO, Marcello Martinez; TASCA, Jorge Eduardo. **Superando o mito do espantinho: uma polícia orientada para a resolução dos problemas de segurança pública**. Florianópolis: Insular, 2012.

JURAN, Joseph. **Juran's Quality Handbook**. New York: McGraw-Hill, 1951.

LOPES, Janice Correia da Costa. **Gestão da Qualidade: Decisão ou Constrangimento Estratégico**. Lisboa: Universidade Europeia, 2014.

MATO GROSSO, Polícia Militar. **Plano de Policiamento "Guardiões do Sudeste" - 4º Comando Regional**. Rondonópolis - MT: 2017.

MATO GROSSO, Polícia Militar. **Manual de Procedimento Operacional Padrão**. Cuiabá-MT: 2009.

MORAIS, Igor Araújo Barros de; VIEIRA, Thiago Augusto. **Policiamento orientado à solução de problemas na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina**, Brasil. Revista Brasileira de Segurança Pública, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 6-22, ago./set. 2015.

NEV. **Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança**. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). São Paulo: 2009.

NUCCI, Guilherme. **Antagonismo entre direitos humanos e segurança pública é falso**, 2017. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2017-set-01/nucciantagonismo-entre-direitos-humanos-seguranca-publica-falso>>. Acesso em: 30 de out. 2017.

SILVA, Miguel Angelo Gomes. **Desenvolvimento e implementação de um sistema de gestão de qualidade**. Lisboa: Universidade de Arveiro, 2009.

TROJANOWICZ, R.; BUCQUEROUX, B. **Policiamento Comunitário: como começar**. Tradução Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994. Reeditado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1999.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 30 de out. 2017.

AGORAMT. **Quadrilha de estelionatários é presa em Rondonópolis**. Disponível em: < <https://www.agoramt.com.br/2017/03/quadrilha-de-estelionatarios-e-presa-em-rondonopolis/>> Acesso em: 3 nov. 2017.

RDNEWS. **Jovens de 15 e 18 anos são detidas com 87 tabletes de maconha em Rondonópolis**. Disponível em: < <http://www.rdnews.com.br/policia/jovens-de-15-e-18-anos-sao-detidas-com-87-tabletes-de-maconha-em-rondonopolis/87095>> Acesso em: 3 nov. 2017.

MIDIANEWS. **PM apreende mais de 10 quilos de pasta base em hotel**. Disponível em: < <http://www.midianews.com.br/policia/pm-apreende-mais-de-10-quilos-de-pasta-base-em-hotel/295487>> Acesso em: 3 nov. 2017.

TEIXEIRA, Alexandre Fontes. **Plano de Policiamento Guardiões do Noroeste: análise das contribuições trazidas ao 8º Comando Regional da Polícia Militar - Juína**. Juína: 2016.